

DESAFIOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

ROCHA, Aristeu Castilhos da¹

Resumo

O artigo aborda as questões a partir das perspectivas sobre o ensino de História e formação de professores que desenvolvemos nos últimos anos. O objetivo é apresentar algumas bases teóricas que referendam os nossos estudos, como por exemplo, Bergamaschi (2010), Bittencourt (2007), Silva (2010), Funari/ Piñóón (2011), Oliveira (2012) entre outros. Por outro lado chamamos atenção para este amplo e fértil campo de pesquisa além de apontarmos as nossas inquietações sobre a realidade das mesmas. A intenção é que as reflexões iniciais possam contribuir para o delineamento da revisão da literatura situando-as nas fronteiras entre a produção historiográfica e educacionais além de possibilitar as considerações realizadas no campo argumentativo. O foco da discussão passa, de certa forma, pelas questões étnico-culturais, inclusivas, valorativas e de cidadania. O texto apresenta o NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) responsável pela coordenação dessas questões no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Enfim, procuramos demonstrar a profundidade teórica da temática bem como a urgência de sua abordagem de forma contextualizada e interdisciplinar em todos os níveis e/ ou ambiências de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Afro-Indígena; Cultura; Relações étnico-raciais; Formação de professores.

Introdução

As leis nº 10.639/03 e nº11.645/08 são frutos de um processo histórico de lutas que os movimentos sociais desenvolveram com o objetivo de rever os terrores, mitos, teorias, visões históricas e mentalidades a respeito dos povos afro-indígenas e implantadas, de forma impositiva, nos diferentes espaços-tempos de produção de saberes e subjetividades. As ações que visam à mudança dessa realidade começaram a ser construídas a partir da raiz dos movimentos de resistência e, posteriormente, foram respaldadas pela Constituição Federal de 1988, Lei 9394/96 e pelas diretrizes que fundamentam as leis anteriormente mencionadas. Nesse contexto é que começam a ser geridas as mudanças que segundo **Silvério** (2010, p.91) permitem

Levantar a hipótese de que vivemos a transição de uma sociedade na qual a representação monocultural construída e fixada pelas elites (intelectuais e políticas) está dando lugar a uma representação social que cotidianamente se revela profundamente dinâmica e multicultural.

Apesar de considerarmos a validade da proposição de **Silvério (2010)** acreditamos

¹ Doutor em História (PUCRS); Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Júlio de Castilhos – RS.

que esse processo ocorre de forma incipiente. Nessa linha de raciocínio acreditamos que é muito pertinente a proposta que retoma o ensino de História do Brasil a partir de uma perspectiva étnica incentivada pelas políticas educacionais recentes e movimentos negros e indígenas. Por outro lado, precisamos esclarecer que o atual retorno do tema “etnoracial” no entendimento de **Zarth (2010, p.119)** “não é apenas uma volta metodológica do passado e sim uma tentativa de reconsiderar, numa perspectiva crítica, as condições históricas dos diferentes grupos etnoculturais na constituição da sociedade nacional, marcado por equívocas desigualdades com características étnicas”.

No entanto, passados quase dez anos da aprovação da lei 10.639/03 e transcorridos um tempo considerável da lei 11.645/08, que veio complementar a anterior, cabe a nós professores algumas indagações. Como anda sua implantação nos currículos escolares, livros didáticos, PPC e nos processos de formação inicial e continuada de professores?

Essas inquietudes permitem outras interrogações como: as mesmas continuam apenas como objeto de pesquisa de um grupo restrito de pesquisadores? Essas investigações têm desvelado resultados suficientes para que seja construído um mapeamento completo da realidade? Os sistemas de ensino têm oportunizado espaço-tempo que consideramos vitais para a sua discussão no âmbito da formação de professores? E, por fim, essas temáticas têm sido privilegiadas como objeto de estudo nos PPG ?

As reflexões iniciais apresentadas anteriormente demonstram o nosso comprometimento com essas questões e nos fazem acreditar na sua essencialidade tanto do ponto de vista do conhecimento da temática quanto do planejamento de ações que assegurem a sua inserção nos programas de formação inicial e continuada de professores. Para que isso seja possível precisamos acreditar na academia e na educação básica como lócus de produção de saberes, de difusão cultural, de diálogos interdisciplinares, de vivências no âmbito do ensino, pesquisa e extensão bem como um campo fértil de novos estudos e de publicização sobre a temática. Na realidade, de acordo com **Oliveira (2012, p.33)** faz-se necessário

Compreender que estamos tratando aqui de uma nova política pública no campo da educação, e que tem como característica a inovação, a disputa política contra-hegemonica, a desconstrução de conceitos e noções fortemente arraigados – inclusive no campo educacional – e, por conta disso, a proposição de nossos parâmetros interpretativos àqueles já consolidados nos estudos históricos e na educação.

O engajamento com a causa apontada, tendo como viés o ensino de História cresce à medida que vivenciamos novas práticas culturais e pedagógicas. No linear do contemporâneo fomos desafiados a implementar novas ações as quais, de certa forma, nos remetem como diz Milton Nascimento para os “trilhos na nossa história”.

Revisão de Literatura

Um trabalho de cunho histórico ocorre em meio a um processo permeado pelos diálogos entre a teoria e as situações práticas. Esses embates irão delinear caminhos alternativos entre os quais o NEAB, no intuito de assegurar a implantação da temática em estudo nos currículos da Educação Básica e nos programas de formação de professores.

Por isso, consideramos importante trazer para o nosso texto o NEABI e apresentá-lo aos leitores tanto educadores como ao público em geral. De acordo com o documento denominado Manual do Professor, do IFFarroupilha (2012, p.15) o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas "é constituído por grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais. A intenção é implementar as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que instituí as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileira e Indígena."

Ao se referir as Diretrizes anteriormente mencionadas o Documento (2012, p.15) aponta que as mesmas estão pautadas em [...] ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

Nessa perspectiva passamos, a seguir, esclarecer as competências do NEABI:

- Promover encontros de reflexão e capacitação de serviços em Educação, para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura Afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
 - Promover a realização de atividades de extensão;
 - Propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do Campus nos aspectos étnico-raciais;
- Implementar a lei 10.639/03 e nº 11.645/03 que instituiu as Diretrizes Curriculares, que está pautada em ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas;
 - Fazer intercâmbio em pesquisas e socializar seus resultados em publicações com as comunidades interna e externas ao Instituto: Universidades, escolas, comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;
 - Motivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens multi e interdisciplinares, e forma contínua;

- Colaborar com ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado a educação pluriétnica em cada Campus;
- Incentivar a criação de grupos de convivência da cultura afro-brasileira e indígena, em especial com os alunos do Campus.

As atribuições do NEABI destacam-se pela sua amplitude, persistência, urgência e perenidade. Esses indicadores precisam convergir para que ações criativas possam contribuir, significativamente, para sacralizar a aplicação de ambas as leis nas atividades socioeducativas voltadas para educação plural e cidadã. As nossas práticas alicerçadas nos princípios da ética, justiça, cidadania e diversidade devem buscar de forma incessante a construção qualificada do conhecimento. Esses princípios deverão nortear as futuras ações como caminho para:

- Estimular reflexões históricas e diálogos que objetivam a compreensão das relações indissociáveis entre historiografia, África, Negro, ancestralidade, Povos Indígenas, cultura, identidade, etnia, pluralidade cultural, diversidade, democracia racial, igualdade, religiosidade, consciência negra, memória, patrimônio afro-brasileiro e indígena, multiculturalismo, movimento negro, interculturalidade, exclusão, evasão escolar, repetência, avaliação, cidadania, formação docente, ações educativas;
- Investigar a presença e/ou “silêncios” a respeito da abordagem da história e cultura Afro-brasileira e Indígena nos projetos de formação inicial e continuada de professores, bem como nas atividades socioeducativas e culturais desenvolvidas pelas escolas da comunidade local e regional;
- Possibilitar aos educadores, gestores, intelectuais, ativistas e demais interessados conhecer e ensinar as histórias, culturas e tradições afro-indígenas que compõem a identidade e a nação brasileira. Nessa perspectiva, o acesso a nossa ancestralidade propõe, a partir de múltiplos olhares, a reeducação das relações étnico-raciais por meio da valorização, dando visibilidade à cultura afro-brasileira e Indígena sem estereótipos e folclorização;
- Promover a formação continuada de professores a partir de “diálogos interculturais” para que os mesmos sejam capazes de atuar com eficiência em espaços sócio-educativos sob uma perspectiva cidadã, multicultural e pluriétnica, ou seja, redimensionado o foco de um currículo eurocêntrico para um currículo das diferenças;
- Tratar a temática partir de vários prismas, visando à conquista da equalização da valorização das diversas formas de desigualdade, buscando avançar no combate ao racismo e as discriminações, promovendo a inclusão, a reinterpretção do Brasil, enfim, favorecendo o aprofundamento de reflexões, considerações teóricas e partilha de experiências entre profissionais da educação capazes de mediar um processo educativo com qualidade, antirracista e cidadão.

As ideias acima citadas nos reportam para uma passagem levantada por

Bergamaschi (2010, p.165-166) quando em seu estudo a mesma destaca:

[...] Vemos com maior força outros entendimentos da história, e da própria ciência, em que a pluralidade se interpõe ao pensamento único. Historiadores importantes, como por exemplo, Michel de Certeau, afirmam que o tempo presente nos impõe a necessidade de pensar “a cultura no plural” e considerar outras narrativas, outras ciências, outros modos de vida, que precisam figurar num espaço horizontal de reconhecimento.

A Educação e o Ensino de História necessitam, com urgência, partir do pensamento único, restrito e definitivo para uma realidade plural, abrangente, e em permanente (re)construção. Esse deve ser o ímpeto que deve conduzir as nossas iniciativas em prol de uma educação condizente as necessidades do século XXI.

Os princípios do século XXI encontram um contexto marcado pela globalização econômica, avanços tecnológicos e questões ambientais, sociais, étnicas e geopolíticas que marcam a intensidade das mutações em ebulição. No Brasil em meio a essa realidade os povos afro-indígenas e seus descendentes clamam pela intervenção do Estado como promotor de igualdade, justiça e inclusão social. O encaminhamento dessas questões segundo **Rocha (2012, p.98)** "passam pelo entendimento da educação como caminho seguro para o desenvolvimento humano".

O NEABI conectado com as questões do tempo presente e com as reivindicações dos movimentos sociais pela implementação das leis 10.639/03 e nº 11.645/08 precisa, com certeza, efetivar os seus objetivos e partir para ações que irão consolidar novas práticas culturais no âmbito do IFFarroupilha, escolas de educação básica bem como em outros espaços socioeducativos. É nessa esteira que deverão emergir sessões de estudos, pesquisas, minicursos, construção de recursos didáticos, encontros de formação inicial e continuada de professores e publicações inerentes a temática em estudo. Nesse sentido entendemos a implementação da legislação como desafios, pois, de acordo com **Ferraz (2012, p.29)**, trata

De questões curriculares que evidenciem contradições e conflitos existentes na escola e no mundo acadêmico, questiona e desconstrói saberes históricos eurocêntricos que ainda hoje funcionam como orientadores de uma concepção estereotipada do negro e do índio, ainda presente em alguns livros didáticos.

A introdução da história da África, das Culturas Afro-brasileira e indígena insere-se na condição contemporânea do sentido do ensino de História e da Educação como formadores de valores e identidades. Tomando essas temáticas como objeto de estudo coloca-se em pauta o que Cunha (1995, p. 140) considera “uma questão crucial, a chamada sócio-diversidade”.

Nessa caminhada é importantíssimo aproximar as nossas práticas culturais, desenvolvidas no IFFarroupilha, à atualidade dos estudos históricos e educacionais desenvolvidos no universo das escolas, os quais, segundo **Bittencourt (2007, p.50)**, estão associados ao [...] " desenvolvimento intelectual dos alunos dos diferentes níveis de

escolarização, além de ligados a seus processos de socialização em diversas esferas, fornecendo legitimidade à constituição da vida social, aos conflitos e projetos políticos. "

As ideias defendidas por **Bittencourt (2007)** vêm ao encontro do que preconizam as **OERER (2010, p.210)** ao considerar o Brasil como país multiétnico e pluricultural que precisa

[...] de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem, a adotar costumes, ideias, comportamentos, que lhes são adversos. E estes certamente serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis.

A busca por construir uma nova visão sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena culminou com a aprovação das leis o que é salutar para compreensão do Brasil como um espaço-tempo onde ocorreu um encontro de etnias e culturas oriundas de diferentes regiões do mundo. O desafio atual é garantir novos e promissores espaços de trabalho pra inclusão nos currículos a história e a cultura desses dois povos que muito contribuíram para a construção da sociedade brasileira o que de acordo com **Bergamaschi (2011, p. 297)** “nos alenta a possibilidade de um diálogo intercultural.”

Na contemporaneidade essas discussões ocorrem em meio a um processo de mudanças históricas vivenciadas no Brasil por inteiro. Essa gama de transformações afeta todos os segmentos sociais e acabam culminando no presente em considerável grau de complexidade que no entendimento de **Zamboni; (2007, p.12)** têm

[...] afetado as nossas vidas com o crescimento e ampliação de novos conhecimentos tecnológicos, dos novos meios de comunicação, de novos parâmetros de consumo, de mudanças no código valorativo. Concomitantemente, a inclusão sócio-cultural de grupos étnicos e culturais que estavam alijados socialmente, o reconhecimento de suas identidades, a valoração de suas memórias e tradições forçou o reconhecimento e aceitação, por parte dos tradicionalmente incluídos, de outros modelos de cultura.

Os diálogos, as discussões e os debates relativos às temáticas em questão necessitam tomar novas dimensões que assegurem a sua pertinente inserção de forma eficaz no rol das pesquisas e do processo ensino e aprendizagem. Essas iniciativas irão, gradativamente, balizar atividades pedagógicas capazes de ajudar a compreensão do pensamento de **Silva (2010, p.155)** quando o mesmo considera que “as múltiplas identidades são construídas socialmente ao longo do processo histórico, a partir da família e ancestrais, da história e das práticas culturais”. Do ponto de vista metodológico tais práticas precisam ultrapassar as fronteiras entre as áreas do conhecimento não apenas trazendo para o âmbito das discussões a diferença afrodescendente e indígena, mas re-significado as relações étnico-raciais intrínsecas nos conteúdos.

Na mesma direção, tomamos emprestado um fragmento de **Meinerz (2010, p. 205)**

quando a mesma defende que “a prática se redimensiona quando a gente atua com jovens”. Consideramos que renovação amplia-se ao mediarmos atividades envolvendo adultos no contexto da academia e nos programas de formação inicial e continuada dos professores.

Nessa perspectiva os espaços-tempos abre-se a possibilidades de desencadarmos processos de reflexão histórica trazendo a história e as culturas Afro-brasileira e Indígena como eixo de discussões. Esses embates devem propiciar como argumenta **Seffner (2010, p. 213)** a realização de

[...] aprendizagens significativas para os alunos, entendidas aqui como aprendizagens de conteúdos, conceitos, métodos e tradições que lhes sirvam para entender de modo mais denso o mundo em que vivem. Em vez de denso, poder-se-ia mesmo dizer que temos como objetivo que os alunos tenham uma compreensão crítica do mundo em que vivem.

As instituições educacionais deverão (re)pensar o seu papel estratégico na formação cultural e profissional do indivíduo enquanto partícipe da comunidade. Por outro lado no entendimento do **Rocha (2012, p. 98-99)** "ações afirmativas precisam ser implementadas pelas universidades, institutos e escolas abrindo-se assim novos territórios para práticas formativas que girem em torno da História e Cultura Africana e Indígena, relações étnico-raciais, diversidade, preservação de nosso patrimônio material e imaterial".

Considerações Finais

Ensinar a partir da ótica da história e cultura do Índio e do Negro não significa apenas permitir a compreensão das relações entre sujeitos. Esse recorte temático e metodológico desencadeia o encontro entre culturas, identidades, mitos, vozes, sons, ritmos, crenças, valores, símbolos, ancestralidade...

Para que essas possibilidades ajudem a mudar a realidade do ensino da temática Afro-Indígena concordamos com **Funari e Piñón (2011, p.115-116)** quando focalizam que "esses povos passem a ser considerados não apenas um “outro”, a ser observada a distância e com medo, desprezo ou admiração, mas como parte deste nosso maior tesouro: a diversidade".

Quando lidamos com o Ensino de história intrincado com Educação atuamos em um campo que requer, permanentemente, construção e a (re)construção de saberes históricos e pedagógicos. Entendemos que ao defendermos a implantação das leis 10.639/03 e nº 11.645/08 à luz de pressupostos clássicos e recentes passamos a atuar em um campo amplo e complexo, mas que podemos transformá-lo em algo fértil e produtivo em novos saberes e fazeres. É nesse contexto que precisam estar imbricadas as atividades do NEABI. Esse momento de expectativa nos faz lembrar de Pereira (2011, p. 168) quando de refere

ao momento atual como

[...] um cenário instigante, conflitivo e paradoxal, marcado por uma polifonia de vozes, embora nem sempre caracterizado pela prática do exercício dialógico, o que requer fundamentalmente a colaboração profissional crítica, com afirmação da importância da socialização de experiências e com a valorização dos saberes docentes neste momento de redefinições".

A título de conclusão, embora parcial, é importante frisar que este texto representa o início de uma longa caminhada a ser percorrida. O debate está aberto. Nesse sentido, esperamos ter chamado a atenção para o significado dos estudos sobre a temática que precisam ser empreendidos.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos Indígenas e Ensino de História: a lei nº 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al (orgs). **Ensino de História: Desafiados Contemporâneos**. Porto Alegre: ANPUH-RS/EST/Exclamação!, 2010. p. 151-166.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidades e Ensino de História no Brasil. In: CARRETEIRO, Mario et al (orgs). **Ensino de História e Memória Coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p.33-52.
- CUNHA, Manoela Carneiro. O Futuro da Questão Indígena. In: SILVA, AracyLopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A Temática Indígena na Escola. Novos Subsídios para professores de 1º e 2º Graus**. Brasília: MARI/MEC/UNESCO, 1995. p. 129-141.
- FERRAZ, Maria Cláudia de Oliveira Reis. Por que estudar a África na escola? In: OLIVEIRA, Cristiane Gomes de et AL (orgs). **Escola, Culturas e diferenças: experiências e desafios na educação básica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011. p. 25-40
- FUNARI, Pedro paulo; PIÑÓN, Ana. **A Temática Indígena na Escola. Subsídios para os professores**. São Paulo: Contexto, 2011.
- INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Manual do Professor**. Santa Maria: IFFarroupilha Reitoria, 2012.
- MEINERZ, Carla Beatriz. Ensino de História: A relação pedagógica presente em nossas práticas. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al (orgs). **Ensino de História: Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre: ANPUH-RS/EST/Exclamação!, 2010. p.203-212.
- OLIVEIRA, Luíz Fernandes. **História da África e dos Africanos na Escola. Desafios políticos, epistemológicos e identitários para formação dos professores de História**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio/FAPERJ, 2012.
- OERER. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília:

MEC/SECAD, 2010.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o Exercício da Docência- recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. In: **Educação e Realidade**. Ensino de História.v.36.n.1. Porto Alegre: UFRGS, jan/abr,2011. p. 147-172.

SEFFNER, Fernando. Saberes da Docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do ensino de história. In: **Ensino de história e desafios Contemporâneos**. Porto Alegre: ANPUH-RS/EST/Exclamação!, 2010.p.213-229.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. História e Cultura Afro-brasileira: Lei 10.639 / 2003 como um caminho para formação docente. In: CAMARGO, Maria Aparecida Santana et al (orgs). **Mosaico de Vivências Acadêmicas**. Cruz Alta / Santa Maria: Unicruz / Palotti, 2012. p.87-102.

SILVA, Ana Lucia da. O Ensino de História, África e a Cultura Afro-brasileira na Educação Básica: Diálogos Possíveis. In: COSTA, Luciano Gonsalves. **História e Cultura Afro-brasileira. Subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais**. Maringá: EUEM, 2010. p. 141-157.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **A (Re)configuração do Nacional e a Questão da Diversidade**. In: ABRAMOWICS, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (orgs). *Afirmando Diferenças*. 3° ed. Campinas: Papyrus, 2010.p.87-108.

ZAMBONI, Ernesta (org) . **Digressões sobre o ensino de história:memória,história oral e razão histórica**. Itajaí: Maria do Cais, 2007.p.9-18.

ZARTH, Paulo Afonso. **O retorno das etnias no ensino de História: do melting pot ao multiculturalismo na imprensa de Ijuí**. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et AL (orgs). **Ensino de História: Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre: ANPUH-RS/EST/Exclamação!, 2010. p. 117-133.